

ATA Nº119. Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Auditório da Secretaria da Saúde de Chapecó o Conselho Municipal de Saúde – CMS reuniu-se para sua 314ª plenária ORDINÁRIA. Estiveram presentes os conselheiros **TITULARES:** Francisco Rafael Klosinski, Dinora Bernardi, Rodrigo Momoli, Silvana Hofman Velasques Moreira, Osmar Arcanjo de Oliveira, Gilberto José Mario, Erli Terezinha Abreu, Tiago Zanela, Nailde Brunetto, Clodoaldo Jorge dos Santos, Roseli Malacarne, Aneto Spagnol, Adriana Hilleshein, Izelda Oro, Elisonia Carin Renk, Tania Chimetto Filipin, João Carlos Figueira, Ricardo José Nicaretta, Olvides Borghelot, Maria Elizabeth Kleba da Silva, Magna Anzolin e **SUPLENTE:** Gessiani Fatima Larentes, Jeane Carla Mohr, Leandro Ugolini, Luis Fernando Gelati, Jeane Barros de Souza Silva. A presidente Sra. Izelda deu início à plenária agradecendo a participação de todos os presentes e solicitou que algum conselheiro (a) se disponibilizasse a assumir o cargo de Secretário (a) para compor a diretoria do Conselho Municipal de Saúde devido a sra. Mariza Pasa, que era a secretária, ter enviado e-mail solicitando seu afastamento alegando estar envolvida em muitas atividades e não ter tempo para corresponder as atribuições pertinentes ao cargo. Izelda explicou que a Secretária que compõe a Diretoria do Conselho e não se deve confundir com a Secretária Executiva do Conselho porque tem outras atribuições. Ninguém se colocou à disposição e a conselheira Magna Anzolin que substituiu Mariza Pasa no Conselho informou que sua entidade representativa, o SIMEC, a aconselhou a não assumir nenhum cargo no Conselho a princípio. Izelda salientou que também tem uma agenda lotada e esse ano o Conselho terá muitas atribuições como duas conferências e eleições de novos conselheiros. Izelda salientou que muitos ofícios do Conselho foram feitos durante suas férias. Sendo que nenhum dos conselheiros se prontificou para ocupar o cargo a diretoria do Conselho fica prejudicada, sendo que a presidente continuará fazendo as suas atribuições e as da Secretária. Iniciando os trabalhos com a leitura dos pontos de pauta: **Discussão e deliberação sobre a ata nº118; Apresentação das atividades da V SEMPAT, pelo CEREST Chapecó: Apresentação do Setor de auditoria, de acordo com o ofício 04/17 enviado a Secretaria da Saúde, solicitando informações do setor de Auditoria; Apresentação, discussão e deliberação da Prestação de Contas do CEREST do 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2016; Apresentação, discussão e deliberação do Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres, 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Chapecó e Conferência para elaboração do Plano Municipal de Saúde de Chapecó quadriênio 2018/2021; Sugestões de pauta para próxima reunião; Informes Gerais. 1º Ponto de pauta:** Discussão e deliberação sobre a ata nº118, colocada em votação a mesma foi aprovada por unanimidade. A Presidente Izelda lembrou da importância dos conselheiros quanto ao uso do microfone em suas manifestações. Izelda informou que prestou depoimento ao Ministério Público Federal relativo operação Manobra de Olsen e as gravações e documentações do Conselho Municipal de Saúde

foram de elevada importância no processo. Dando sequência a reunião Izelda solicitou uma inclusão na pauta para a coordenadora de Vigilância em Saúde, Fabiana Vieira, falar das ações que a Secretaria de Saúde tem realizado contra o mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya, e consultou ao plenário, não havendo manifestação contrária o assunto iniciou com apresentação feita pela Coordenadora da Vigilância em Saúde Senhora Fabiana, esclareceu que a Vigilância em Saúde integra as vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e CEREST Regional de Chapecó. Fabiana expos que o setor está em reestruturação para ter maior contato entre a Atenção Básica e os setores da Vigilância em Saúde. Fabiana falou que foram solicitados fluxogramas e POPS (procedimentos operacionais) para todas as vigilâncias, e haverá adequações de acordo com a legislação nos processos administrativos, que se refere nos autos de intimação e infração levando em conta a Legislação, Fabiana comunicou a Vigilância em Saúde irá trabalhar com uma conta bancária específica, para que os recursos financeiros sejam investidos em ações de vigilância. Fabiana falou que o mutirão da Dengue tem por objetivos: envolver e conscientizar todos os setores da sociedade (saúde, escolas, universidades, igrejas, empresas, serviços urbanos, MPSC) na prevenção, considerando o caráter social dessas doenças (dengue, zika vírus e chikungunya) que afeta a família como um todo, reforçar as medidas de eliminação dos criadouros de mosquitos em casas e na vizinhança. Fabiana apresentou os casos das referidas doenças nos anos de 2014, 2015 e 2016, informou a respeito da capacitação para multiplicadores que aconteceu no dia dezesseis de março, que envolveu vários setores da sociedade, que o mutirão da dengue que acontecerá no dia 25 de março e terá como ações visitas domiciliares, barracas na praça, distribuição de folders, entrada da cidade (Guarda Municipal e Estado) para orientações para prevenção às doenças, ações com apoio entre o Ministério Público de Santa Catarina e VISA. A campanha será de forma contínua com aplicação de multas para catadores clandestinos que depositam lixo em lugares inadequados. Izelda ressaltou que esteve presente na reunião e foi avaliada a questão social em que essas pessoas se encontram e o Procurador do MPSC falou que os catadores devem se legalizar, pois a ilegalidade causa um mal à sociedade. Izelda sugeriu o trabalho voluntário para os conselheiros e também para os conselhos locais, encerrada a exposição pela Coordenadora da Vigilância em Saúde Senhora Fabiana, que agradeceu a oportunidade. **2º Ponto de pauta:** Apresentação das atividades para a V SEMPAT 2017: Rodrigo, coordenador do CEREST Regional de Chapecó, iniciou sua explanação explicando que essa edição da SEMPAT não haverá um evento isolado, mas sim vários eventos envolvendo a atenção básica e a população da classe trabalhadora. Rodrigo falou que cada unidade de saúde irá escolher, com base nos dados dos relatórios de acidentes de trabalho daquela unidade, uma empresa para na semana da SEMPAT para receber visita dos profissionais para fazer ações de promoção e prevenção. Rodrigo falou que essas ações consistem na pesagem dos trabalhadores, verificação de sinais, testes rápidos de glicemia, Hepatite,

HIV e sífilis. Se observar alguma irregularidade na saúde dos trabalhadores, os mesmos serão encaminhados para consultas nas unidades de saúde. Rodrigo ressaltou que o CEREST dá uma devolutiva as unidades de saúde com relatórios trimestrais dos acidentes de trabalho onde constam os nomes das empresas onde o trabalhador se acidentou e por isso o Centro de Saúde possui meios de identificar a empresa em que os trabalhadores estão mais vulneráveis. Rodrigo lembrou que na IV SEMPAT foram feitas algumas ações similares só que no ramo da construção civil, que é o que mais acidenta, onde chamou atenção a quantidade de trabalhadores com hipertensão e outras alterações apresentadas nos exames. A conselheira Naildes perguntou como foi acompanhada a metodologia do trabalho e a conselheira Adriana perguntou quanto aos critérios para a escolha da empresa que irá receber essas visitas. Rodrigo explicou que as coordenadoras foram convocadas para reuniões preliminares onde foi abordada a proposta, apresentados os relatórios do ano de 2016 e discutida a metodologia. Rodrigo falou que a própria unidade de saúde fez a leitura desses dados e escolheu a empresa. Izelda informou que acontecerá o Simpósio da Construção Civil em Chapecó onde serão discutidos vários temas, e em reunião com o SINDUSCON a presidente do conselho ressaltou o trabalho do CEREST e informou que haverá um espaço onde o CEREST irá apresentar um comparativo dos dados de acidentes de trabalho da construção civil de Chapecó e do trabalho que vem repercutindo e diminuindo os acidentes no segmento. Izelda explicou que pessoas que pesam acima de 100Kg e tem pressão alta não é recomendado trabalhar em altura devido aos altos riscos de acidentes de trabalho por queda e que devido a um trabalho de conscientização do SITICOM algumas empresas do ramo da construção civil não estão mais autorizando os funcionários a tomarem refrigerantes nos períodos de intervalo, o SITICOM através de palestras para os trabalhadores adverte para os perigos do consumo de bebidas industrializadas e incentiva o consumo de água, que é mais saudável. Rodrigo Momoli Coordenador do CEREST Regional de Chapecó, agradeceu a oportunidade e aos coordenadores dos Centros de Saúde, pela absorção e concordância da proposta. **4º Ponto de pauta:** Apresentação do setor de Auditoria da Secretaria de Saúde: A presidente Izelda citou o ofício 004/17 onde o conselho solicita informações sobre o setor de Auditoria. Dra. Vera iniciou sua apresentação agradecendo o convite e falando que entende que o setor de Auditoria juntamente com o Conselho Municipal de Saúde exerce o controle social, informou que é médica auditora e trabalha na Secretaria de Saúde há sete anos. Dra. Vera fez uma apresentação de como funciona o setor de Auditoria, conforme apresentação enviada aos conselheiros juntamente com a pauta. Foi aberto momento para perguntas dos conselheiros. Ricardo falou que é presidente do CREFITO, informou que recebem também muitas queixas, em Chapecó os serviços de fisioterapia são terceirizados e concorda que existe essa análise dos serviços prestados, porém quando existem queixas principalmente pelos usuários, que são queixas éticas ou de procedimentos que fogem as regras do Conselho Nacional, o conselheiro gostaria de saber se o

setor de Auditoria possui contato com os conselhos de ética ou se enviam especificamente para um profissional de cada conselho conforme segmento para que se faça avaliação. Dra. Vera respondeu que as auditorias de clínicas não só terceirizadas, mas de serviços de profissionais da Secretaria de Saúde, fisioterapia, farmácia, enfermagem, etc, os auditores descrevem toda a situação e o que for diretamente ligado à secretaria é feito processo administrativo e o que tange a ética profissional os auditores mandam os documentos aos conselhos de classe, são recebidas respostas do CRM, mas do COREN e do COFFITO ainda não houve posicionamento. Ricardo informou que agora em Chapecó existe o CREFITO 10 e isso trará muitas melhorias na questão da fiscalização. O conselheiro João achou interessante quando Dra. Vera falou da sistematização da coleta de dados e as conclusões em que o sistema fique aberto a população que seria o correto para a transparência do processo, ele perguntou se existe um procedimento operacional padrão do setor, já que o sistema obriga a publicar ou justificar a não publicação, e se quando a denúncia vem de um cidadão comum se este recebe uma devolutiva do processo. Dra. Vera expôs que quanto ao lançar a conclusão ao sistema, em 2015 houve um congresso em Curitiba, onde foram chamados apenas os municípios que estavam utilizando o sistema SISAudi, em Santa Catarina, os únicos municípios presentes foram Chapecó e Florianópolis porque são componentes do sistema, mas somente Chapecó o estava utilizando. Dra. Vera falou que quanto a publicar as informações no sistema, atualmente não há uma pessoa responsável pelo setor que se responsabilize pelos lançamentos porque as servidoras não possuem apoio institucional de gestão para o que for publicado, se isso gerar um processo serão acionadas como pessoa física, e apesar de ter certeza quanto as conclusões dos processos de auditoria, existem vieses na legislação que podem gerar problemas jurídicos para os auditores, salientou ainda que nem o Estado e nem a União publicam nada. Quanto à segunda pergunta, Dra. Vera informou que é enviado a conclusão da auditoria para o usuário denunciante. Elisônia salientou a necessidade de uma aproximação maior com o Setor de Auditoria e perguntou qual é o parâmetro para renovar os convênios com as clínicas de fisioterapia que sofrem auditoria e se o Conselho pode solicitar algumas questões para o setor de Auditoria e saber o resultado de alguns processos, como o da Clínica Hiperbárica. Vera respondeu que no próprio serviço público há parâmetros para renovação de contratos, o Setor de Auditoria pontua as inconsistências e informa o gestor, quanto as solicitações de auditoria o Conselho pode solicitar e quanto a Clínica Hiperbárica Dra. Vera informou que não receberam nenhuma denúncia para realizar auditoria nessa clínica e por isso não pode dar uma devolutiva. Gessiani pediu para Dra. Vera comentar sobre a inserção da auditoria no relatório de gestão. Dra. Vera falou que os Relatórios estão sendo colocados no relatório de gestão há dois anos, são auditorias que são lançadas no SISAudi, houve um caso de uma auditoria em uma clínica que foi cancelada e o Conselho questionou, foi uma situação de emergência onde as auditoras foram até o serviço imediatamente e solicitaram a adequação

conforme legislação, a clínica se adequou, foi feito o acompanhamento e o processo foi encerrado, pois ocorreram outras demandas importantes naquele momento. Clodoaldo parabenizou a equipe pelo trabalho, mas observando o sistema como um todo constata que existem falhas graves no sistema, falou que a Constituição Federal criou em todas as esferas de governo Sistema de Controle Interno, em nenhum momento a palestrante citou que faz parte deste sistema, e imagina que nenhuma demanda deste sistema vem para o Setor de Auditoria, e também não há envolvimento do Setor de Auditoria da Prefeitura Municipal de Chapecó, sugere que se tome a iniciativa de buscar o Controlador Geral do município e o coloque a par do serviço que é feito na Secretaria de Saúde porque o sistema tem que funcionar como um todo, e está previsto pela lei municipal que o Controlador Geral deve ter conhecimento e solicitar as auditorias conforme área de abrangência. Clodoaldo falou que a Controladoria já realiza auditorias do aspecto contábil e são citados vários itens de controle, e nesse aspecto as auditorias da Secretaria de Saúde poderão próagir, salienta a necessidade de fazer um planejamento de auditoria juntamente com o Controle Interno da Prefeitura, com isso poderá planejar e atuar na prevenção desses problemas. Clodoaldo sugeriu ainda que se estabeleça uma rotina para que os relatórios de auditoria sejam apresentados Conselho porque é necessário que este fique a par do que acontece. Dra. Vera informou que em 2013 foi recebida uma auditoria do Controle Interno a respeito do Hospital da Criança e foi fornecido os dados solicitados, mas não houve participação efetiva no processo. Izelda perguntou como são feitas as recomendações ao gestor baseadas nas auditorias. Dra. Vera respondeu que todo o relatório sai com recomendações ou ao gestor ou ao prestador, mas cabe a cada um realizar o que é recomendado, quando as recomendações são feitas ao gestor não há conhecimento se essas foram acatadas. João perguntou se não há um acompanhamento após a finalização do relatório e Izelda falou que o Conselho deve começar a solicitar todos os relatórios de auditoria e as recomendações ao gestor, sendo que tudo que seja encaminhado para este venha também para o Conselho, porque isso interfere na prestação de contas que o Conselho aprova. Izelda perguntou se há cargos de confiança no Setor de Auditoria e Dra. Vera respondeu que não tem certeza se são uma ou duas servidoras que recebem função gratificada, mas todas são funcionárias concursadas. Izelda falou que função gratificada é oferecida por algum vereador eleito e o Conselho fará uma recomendação ao secretário de saúde para que não tenham servidores com esses cargos no Setor de Auditoria. Dra. Vera falou que uma conquista para o setor são que todos os membros da equipe são concursados e efetivos. Izelda perguntou se o Setor de auditoria são responsáveis pelo encontro de contas dos hospitais e pelos convênios via CIS-Amosc e Dra. Vera respondeu que o encontro de contas é de participação somente pela gestão e os convênios CIS-Amosc deve ter uma auditoria interna própria, quando acontecem situações de denúncias de algum prestador do CIS-Amosc o Setor de Auditoria aciona o convênio, porque ele não está diretamente ligado à Secretaria de Saúde. Izelda agradeceu

Dra. Vera e perguntou quanto a área de informática se o setor está com os equipamentos em condições e Dra. Vera respondeu que para as auditoras sim, porque veio um recurso do Ministério de Saúde ao município aderir ao SISAudi, mas para a conferência faltam equipamentos de informática. Izelda falou que é necessário pautar para a próxima reunião a questão de fisioterapias disponibilizadas pelo SUS. **5º Ponto de pauta:** Apresentação, discussão e deliberação da Prestação de Contas do CEREST do 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2016. Jeane Carla Mohr de Oliveira, Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura da Secretaria de Saúde, apresentou a prestação de contas e conforme arrecadação de recursos da União foram de R\$ 120.000,00 por quadrimestre, os recursos do CEREST agora são repassados dentro do teto da média e alta complexidade; Dentro do **primeiro quadrimestre** de 2016 houve os seguintes gastos: Material de Sinalização Visual – R\$ 3.468,40; Passagens – R\$ 13.020,13; Energia Elétrica/Água/telefone – R\$ 1.970,60; Despesa com Veículos – R\$ 35.241,92; Material de Expediente/impressos - R\$ 3.468,40; Desmontagem e Montagem divisórias- R\$ 5.900,00; Adiantamentos viagem – R\$ 10.058,07; Serviços de Instalação e Adequações Espaço físico – R\$ 48.805,00; Equipamentos e Material Permanente – R\$ 6.600,00; Total Geral Despesas Jan à Abr/2016 - 128.532,52. Dentro do segundo quadrimestre de 2016 houve os seguintes gastos: Palestrante – R\$ 3.900,00; Passagens – R\$ 5.708,21; Diárias – R\$ 14.992,59; Energia Elétrica/Água/telefone – R\$ 1.532,86; Despesa com Veículos/seguros – R\$ 35.500,86; Material de Expediente/manutenção de bens móveis e imóveis - R\$ 624,50; Locação equipamentos para SEMPAT - R\$ 5.100,00; Adiantamentos viagem – R\$ 3.027,08; Manutenção e Conservação de Bens – R\$ 3.750,00; Equipamentos e Material Permanente – R\$ 2.921,75; Total Geral Despesas Mai à Ago/2016 – R\$ 77.057,85. Dentro do terceiro quadrimestre de 2016 houve os seguintes gastos: Passagens – R\$ 2.519,99; Diárias – R\$ 5.545,94; Energia Elétrica/Água/telefone – R\$ 1.586,67; Despesa com Veículos – R\$ 29.026,81; Material de Expediente – R\$ 365,00; Despesas com Folha de Pagamento 2016 – R\$ 472.843,99; Total Geral Despesas Set à Dez/2016 – R\$ 511.888,40. No rateio das despesas constatou-se que deu um total anual de despesas de R\$ 717.478,77, sendo que a União custeou 50,18% e o município custeou 49,82% dos gastos. Antes de iniciar a discussão sobre a assunto da pauta a Presidente do Conselho Izelda fez a leitura do Relatório da Comissão Inter setorial de Saúde do Trabalhador que recomenda a aprovação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2016 com ressalvas de que sejam esclarecidos os itens do ofício 002/17, documento que integra a presente ata, João presidente da CIST esclareceu que a Comissão e observou que houve uma auditoria do Ministério da Saúde na estruturação do CEREST em 2015, e foram observados alguns itens entre eles que o Conselho aprovava a prestação de contas com base nos slides apresentados pela Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura e por isso a CIST resolveu verificar os empenhos e observou gastos significativos em alguns itens, como por exemplo nos gastos com a manutenção de dois carros. O Conselheiro João expôs que a CIST se sentiu

prejudicada por não ter um servidor do departamento financeiro para prestar esclarecimento a respeito dos gastos. João informou que na auditoria do Ministério da Saúde foi questionado que a CIST deve aprovar a prestação de contas do CEREST e isso acarreta em uma responsabilidade para a comissão, por isso solicita que seja verificado quadrimestralmente os empenhos dos gastos do CEREST, opinou ainda, que o valor de R\$ 100.000,00 de gastos com a manutenção de dois veículos seminovos do CEREST, são no mínimo suspeitos e gostaria que a denúncia fosse encaminhada aos órgãos que fazem a fiscalização do dinheiro público para esclarecer de fato o que ocorreu. Clodoaldo sugeriu que fosse pedido um relatório de todas as despesas no setor de patrimônio. A presidente Izelda fez a leitura Izelda ofício 036/17 encaminhado pela Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora Jeane, onde justifica que os gastos com veículos estavam sob domínio da Secretaria de Obras e Infraestrutura até janeiro de 2016, assim como todos os veículos pertencentes ao município, documento que faz parte integrante da presente ata, a Presidente Izelda expôs que na análise documental anteriores foi identificado que veículos pertencentes ao CEREST foram repassados para uso de outros setores da secretaria ainda tinha seus gastos vinculados a conta do CEREST segundo o documento apresentado pela Senhora Jeane. A presidente Izelda lembrou que foi aprovado a cedência dos veículos antigos do CEREST para outros setores da Secretaria de Saúde, firmou que o Conselho irá questionar o Sistema de Controle Interno da Prefeitura sobre os gastos com esses carros e também sobre a Clínica Hiperbárica e a Clínica Integrada Oeste. Izelda ressaltou que o SAST não é integrado ao CEREST, são dois setores diferentes, ambos com o foco para a saúde do trabalhador, mas distintos entre si. A Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora Jeane, também justificou no Ofício 036/17 que os gastos com climatizadores que foram retirados do prédio antigo do CEREST e recolocados na Secretaria de Saúde e Izelda fez uma ressalva dizendo que esses climatizadores não foram destinados ao CEREST já que este recebeu um recurso do MPT e adquiriu equipamentos novos e os velhos foram destinados para o SAST. Quanto ao pagamento de diárias para transporte de pacientes para tratamento fora de domicílio a Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora Jeane a justificou que a fonte orçamentária do CEREST é a 1382 bloco B, média e alta complexidade, sendo assim é a mesma fonte de recursos onde deve ser empenhada diárias para motoristas da Secretaria de Saúde quando fazem transportes de pacientes para tratamento fora de domicílio, e entende-se que quando a fonte é a mesma não verifica-se problemas uma vez que a conta bancária onde entra ambos os recursos. A presidente Izelda mencionou que em conversa com o Secretário Riquelmo e com a Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora Jeane acordado que a partir de 2017 os recursos do CEREST serão depositados em conta própria. No uso da palavra a Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora Jeane ressaltou que de acordo com o Decreto Federal nº 7.508/11, não será possível transferir nenhum recurso para outra conta, o que cai no

bloco fica no bloco. A Conselheira Elisonia reconhece que Jeane participou da reunião e esclareceu alguns pontos e reconhece que o trabalho do CEREST não foi prejudicado nesse período. A Conselheira Elisonia acredita que não haja necessidade de abrir uma conta específica desde que o Conselho consiga acompanhar onde estão sendo gastos os recursos, também achou absurdo os gastos com a manutenção de dois veículos. A presidente Izelda lembrou que fez um ofício ao secretário solicitando esclarecimento quanto ao uso de ambulâncias pelos motoristas, e que o setor deveria ser administrado mais diretamente pela gestão, segundo Izelda o secretário respondeu dizendo que atualmente todo carro que necessita concerto é feito três orçamentos, é repassado para o secretário que irá contemplar a mecânica que cobrar o menor preço. O Conselheiro João expôs que na auditoria do CEREST foi informado que a CIST deveria fazer a aprovação da prestação de contas, e lembrou que existe uma portaria determinando onde pode ser gasto o dinheiro do CEREST, esclareceu que a CIST não está levantando dúvidas, mas que foram efetuados gastos desnecessários, já que o valor que foi gasto poderia ter comprado veículos novos e prometeu acompanhar os gastos a partir de agora e fez a proposição da continuidade para apurar se esses gastos foram mesmo necessários, sendo que as mesmas peças foram trocadas continuamente na mesma oficina conforme consta os empenhos. Rodrigo Momoli coordenador do CEREST no uso da palavra esclareceu que há cinco anos está na coordenação, mas que não possui gerência nenhuma sobre as contas do CEREST, nem das entradas nem das saídas. A presidente Izelda colocou em votação a prestação mediante as ressalvas e recomendações da CIST, sendo elas investigação dos custos dos veículos e que a Prestação de Contas do CEREST seja realizada mediante a apresentação dos empenhos e por quadrimestres, antes da Prestação de Contas da Secretaria de Saúde. O Conselheiro Clodoaldo afirmou que isso é um serviço para auditoria e sugere que o coordenador do setor solicite que o serviço seja realizado, pois isso cria responsabilidade por parte do setor onde os bens estão sob responsabilidade, e não só do CEREST, mas de todos os coordenadores dos setores e unidades de saúde. A Presidente sugeriu que os coordenadores e os gerentes dos setores devam assinar os pedidos de serviço. Após esclarecimentos a prestação de contas do CEREST do 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2016, foi aprovada com nenhuma abstenção e um voto contra do Conselheiro Clodoaldo que afirmou que não aprova a Prestação nem com as ressalvas, as quais foram relatadas nos documentos enviados pela CIST e pela Diretora de Administração Finanças e Infraestrutura Senhora, documentos este já anexos à presente ata. O Conselheiro João ressaltou que a CIST só vai fazer esse trabalho porque não quer mais aparecer em um relatório do Ministério da Saúde como item de não conformidade, pois esse acompanhamento será feito baseado naquele relatório de auditoria do CEREST, também falou que não está questionando o trabalho do CEREST. A presidente deu início ao **6º Ponto de pauta:** Apresentação, discussão e deliberação do Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal de Saúde

das Mulheres, 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Chapecó e Conferência para elaboração do Plano Municipal de Saúde de Chapecó quadriênio 2018/2021. A presidente Izelda expôs que essa pauta é para definir como serão as conferências, já que a comissão apresentou divergências, lembrou que a conferência para a elaboração do Plano Municipal de Saúde é necessária, porém ressaltou que no Plano de Saúde o Conselho ainda não analisou as propostas deliberações da Conferência Municipal de Saúde de 2015 e que estas deverão ser levadas em consideração na Conferência de Saúde da Mulher e da Conferência de Vigilância em Saúde. A presidente Izelda explicou como foi a proposta para as conferências na penúltima reunião que previa juntar as duas plenárias num mesmo momento, porém a própria comissão apresentou divergência quanto a juntar as plenárias. No uso da palavra o Rodrigo Coordenador do CEREST apresentou informações do Conselho Nacional de Saúde, explicou que o conselho sugere que seja feita uma conferência para discutir o Plano Municipal de Saúde, porém não há resolução, e eles sugeriram que sejam resgatadas as proposições da conferência em saúde do trabalhador, da conferência municipal de saúde e das duas conferências temáticas deste ano e utilizar para compor o plano. O Conselho Nacional sugeriu que se façam oficinas para adequar as proposições e inserir no Plano Municipal de Saúde. O Conselheiro João falou que organizou o regimento das conferências, mas que não colocou junto a conferência do plano porque achou que iria ficar confusa e solicitou que os conselheiros revejam e sugiram melhorias para o regimento. A conselheira Elisonia salientou que fica preocupada, pois é a primeira vez que se vai discutir a saúde da mulher, e os eixos temáticos são muito específicos tanto de uma conferência quanto da outra e acredita que a discussão fique prejudicada por isso sugere que sejam discutidas separadamente. A Conselheira Roseli falou que o Gapa se reuniu, enquanto diretoria, e discutiu a proposta e deliberou que as conferências devem ser realizadas separadamente. A Conselheira Gessiani salientou que a temática das duas conferências tem afinidades e por isso defende a junção, também lembrou a importância da participação dos conselheiros no envolvimento nas pré-conferências, e se for aprovado fazer as duas conferências separadas que haja um comprometimento dos conselheiros. O conselheiro João também demonstrou preocupação com a discussão das temáticas que podem gerar debates ricos e concorda que se os conselheiros se apropriarem das temáticas que será muito enriquecedor para ajudar a fazer a construção das propostas. A participante Carolina Listone, representante do Conselho dos Direitos da Mulher falou que é inadmissível discutir a Conferência de Saúde da Mulher junto com outra conferência, considerando os dados de 2015 com onze feminicídios em Chapecó, acredita que as discussões de ambos os assuntos são necessárias para o município. A presidente solicitou a votação e sete votos foram favoráveis a junção das plenárias contra oito votos contra a junção das plenárias. Ficou definido pela separação das plenárias da Conferência de Saúde da Mulher e da Conferência de Vigilância em Saúde. A presidente Izelda solicitou que o Conselho

dos Direitos da Mulher participe das Conferências. Esclareceu a presidente que devido a decisão dos conselheiros em realizara as conferencias em separado, o Regimento interno fica prejudicado, porém a Comissão que foi indicada deve fazer o Regimento e repassar aos Conselheiros que na plenária de abril o Regimento Interno das Conferências vai para ponto de pauta. Em continuidade aos trabalhos seguiu-se a ordem do dia. **7º Ponto de Pauta:** Sugestões de pauta para a próxima reunião. A conselheira Nailde falou quanto a decisão do fechamento do terceiro turno das unidades de saúde e apresentou dados sobre os atendimentos da unidade de saúde Cristo Rei. A conselheira gostaria de que fosse novamente discutido pois acredita que houve prejuízo para a população, principalmente do Cristo Rei que tem um espaço físico muito restrito e necessita de uma sede nova, sugeriu que nas reuniões do conselho se faça dez minutos de capacitação para os conselheiros, ressaltou o alto custo com o SAER e que esse recurso poderia estar sendo utilizado nos postos de saúde. A Conselheira Maria Elizabeth falou que quando foi discutido o encerramento do terceiro turno os conselheiros afirmaram que a maioria não tinha informações suficientes e agora a conselheira Naidles apresentou dados de atendimentos que contradiz o que foi apresentado no Conselho, acredita na importância do papel de conselheiro e que todos fiquem atentos questionando e solicitando as informações, lamentou nota que saiu no jornal que afirmou que a prefeitura e o Conselho decidiram pelo fechamento dos terceiros turnos nas unidades básicas de saúde e informou que conversou com a Presidente considerando a quantidade de abstenções da pauta e a mesma afirmou que o regimento do conselho não prevê uma quantidade mínima para aprovação das pautas. A Conselheira Maria Elizabeth falou que no seu ponto de vista a votação não foi favorável levando em conta a quantidade de abstenções. A Conselheira Elisônia falou que foi cobrada quanto a decisão. A presidente explicou que o voto de abstenção significa que não quer votar, e que se os votos de abstenção fossem contra, a solicitação do fechamento das unidades em período noturno não teria acontecido. Nada mais a tratar a plenária foi encerrada e eu, Sonia Scussiato, lavrei a presente ata.